



A HERANÇA ANCESTRAL na construção da figuração em *O sétimo juramento*

Jurema Oliveira¹

O mundo moderno vem sendo descrito e teorizado de dentro do sistema, enquanto a variedade das experiências históricas e coloniais lhe vem sendo simplesmente anexada e contemplada a partir do interior do sistema.

Walter Mignolo. *Histórias locais/projetos globais*, p.10.

A pergunta que norteia esse estudo acerca da figuração ancestral em *O sétimo juramento* de Paulina Chiziane (2008) é a seguinte: Em que medida a ancestralidade contribui para a construção das personagens e da narratologia? Dessa forma, responderemos a essa pergunta depreendendo gradativamente as marcas da ancestralidade, já que o romance em questão apresenta elaboração de rituais, materialização do ancestral, os efeitos positivos e os efeitos negativos decorrentes da ausência de práticas ritualísticas necessárias no estágio de óbito ou em outras situações que exigem trabalhos específicos.

Em uma perspectiva de leitura epistêmica que parte de lugares étnico-raciais-espirituais subalternizados por um sistema-mundo colonial/moderno, como bem define Grosfoguel (2009), o romance *O sétimo juramento* constitui-se em um espaço narrativo repleto de elementos que configuram experiências descoloniais, pois as estratégias “epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas”. (GROSGOUEL, 2009, p. 387) O núcleo central

¹ Prof^a. Dr^a. Jurema Oliveira - Universidade Federal do Espírito Santo/Ufes e Pesquisadora do Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES.

do livro, a família de David, vivencia experiências ritualísticas tradicionais em desconformidade com um tempo de geografia mágica, conforme abaixo:

David penetra na geografia mágica do país. Tudo o que parecia fantástico começa a ganhar forma. Histórias de pessoas que desaparecem do mapa dos vivos, mas que ficam escravos dos campos de arroz, pelas terras da Zambézia. Histórias de crocodilos humanos nos vales do rio Zambeze. Mitos de pessoas transformadas em hienas e hipopótamos por não terem cumprido com o pacto de feitiçaria. Pessoas que se transfiguram em leões, serpente, para roubar as aves e o gado dos camponeses de Tete. Rumores de pessoas transformadas em macacos para colher cocos nos palmares de Inhambane. De esqueletos humanos colocados no fundo dos barcos para que a pesca seja mais abundante nos mares de Pemba e Nampula. Histórias de incesto e sacrifício humano, para conseguir melhores salários e promoções nas terras de Gaza e Maputo. (CHIZIANE, 2008, p. 146)

Pensar a configuração da ancestralidade em *O sétimo juramento* a partir de estratégia, ou melhor, da visão descolonial do discurso ficcional, significa deslocar o foco de leitura, dando voz àqueles subalternizados em um espaço narrativo que simboliza um contexto social que vivenciou o jugo colonial. Dessa forma, o discurso literário contribui significativamente para a construção de uma epistemologia oriunda de espaços subalternizados ao trazer à tona imagens reprimidas da História. De acordo com Grosfoguel, “O essencial (...) é o *lócus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e o corpo-político do sujeito que fala”. (2009, p. 386)

Seguindo este caminho de raciocínio, a figuração do ancestre na obra de Chiziane recorre às diversas configurações possíveis e imaginárias de fundamentação histórica, cultural e espiritual em um espaço ficcional que encena uma suposta reconstrução de práticas milenares, ou seja, os poderes dos antepassados por um viés diferente, já que toda e qualquer prática ritualística realizada em comunidade bantu no período que antecede à colonização era feita em prol da comunidade e nunca para satisfazer desejos pessoais. De acordo com Altuna, “o individuo necessita refugiar-se no grupo, submergir-se, proteger-se na comunidade compacta, que só pode subsistir se vive embebida no calor comunitário. Por necessidade gerou-se uma estreita correspondência entre o meio natural e a sociedade humana” (2014, p. 202). Comunidade esta envolta em diversas formas de pensar.

No decorrer da leitura, o leitor vai sendo gradativamente exposto às várias visões acerca da origem do mundo: “O mito da criação do mundo, segundo o Genesis, governa metade do planeta Terra e criou a superioridade do branco sobre

o preto, do homem sobre a mulher. O mito de mpfukwa torna os ndaus temidos e destemidos. O mito da encarnação governa o universo dos bantus”. (CHIZIANE, 2008, p. 29). Dentre as visões de mundo presentes em *O sétimo juramento*, destaca-se aquela individualizada, destoante da forma de estar no mundo bantu, pois em um cenário paradoxalmente desmistificador de movimentos/ações, depreende-se o lugar social de David, um empresário corrupto e sem vínculo de fato com as práticas tradicionais, mas que nos momentos de dúvidas e de dificuldades econômicas recorre ao poder dos espíritos:

Cinco horas da manhã. David vai à casa dos fundos saudar os espíritos do amanhecer e pedir a benção do dia. Ajoelha-se. Acende o incenso para afastar os maus espíritos da quarta-feira. Diz uma oração curta pela benção e sucesso do dia. Um ventinho frio sopra da porta entreaberta. O incenso e a vela se apagam. A superstição e o medo ganham espaço provocando vertigens. Vela apagada é mau sinal. Enerva-se. Blasfema. O vento devia respeitar a oração aos mortos. Num gesto nervoso, pega na bacia que contém a infusão para o banho, mas esta se entorna empapado o solo. (CHIZIANE, 2008, 127-8)

Os espíritos não dão a resposta desejada por David. Os espíritos de alguma forma respondem negativamente aos pedidos de David. Numa leitura social da relação entre mundo espiritual e mundo material, pode-se dizer que:

O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes (GROSFOGUEL, 2009, p. 46).

A personagem David simboliza aquele sujeito que durante algum tempo esteve no lado dos oprimidos, porém lutou em prol de um mundo pensado pelo ocidente, desconectado dos valores propagados pelos princípios do povo bantu, como podemos ler na passagem a seguir:

David coloca a memória nos tempos da revolução. Como militante do mundo novo, ordenara incêndios de nunca acabar, queimado ndombas, mutundos, magonas e lugares de culto, para libertar a terra dos adoradores das trevas. Mergulha num remorso sem fim. Pensa em si. Que seria da minha vida agora, se os adivinhos e curandeiros tivessem desaparecido da superfície da terra? Sente necessidade de confessar os crimes antigos. Ganha coragem. Desabafa. O adivinho tranquiliza-o. (CHIZIANE, 2008, p.80-1)

De acordo com a citação anterior, David defendeu um projeto de características colonial, envolta em um discurso sistêmico que se dizia revolucionário. Sendo assim, impondo aos seus compatriotas valores espirituais fundamentados nos princípios judaico-cristãos, David ordenou a destruição dos lugares de culto. Passada a euforia do movimento libertário idealizado por homens que não conheciam devidamente os fundamentos tradicionais, David percebe o risco a que foram submetidos os adivinhos e curandeiros. Seguindo ainda a perspectiva epistêmica sugerida por Grosfoguel, pode-se afirmar que “todo conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpolítica do conhecimento. A neutralidade e a objetividade desinserida e não-situada da egopolítica do conhecimento é um mito ocidental”. (2009, p. 387)

David tem atitudes colonialistas vide seu lugar de fala no decorrer da narrativa. Em determinadas passagens, detecta-se um posicionamento condizente com um sujeito que se situa socialmente do lado dos oprimidos, mas pensa epistemicamente como aqueles situados no lugar dos dominantes:

Imagens de um passado de glória correm na mente como fotografias. Treinos militares e guerra contra o colonialismo, marchas, combates. Sabotagem. Comícios. Discursos. Palavras. De ordem. Euforia, sonhos, convicções. Vitória final sobre o colonialismo. Delírio colectivo no dia da celebração da independência. Recorda com saudade as sessões de estudo em grupo das políticas revolucionárias. Recorda a linguagem antiga. Camarada comandante, camarada pai, camarada esposa, camarada chefe. Muita amizade, solidariedade, camaradagem verdadeira. Naquele tempo tinha o coração do tamanho de um povo, mas hoje está tão pequeno que só alberga a si próprio. Agora, a palavra povo é um simples número, sem idade nem sexo. Sem sonhos nem desejos. Apenas estatística.

- No tempo da revolução investi. Agora estou na fase de egoísmo. Quero colher tudo o que semeiei. Este estatuto de diretor não foi dádiva, foi conquista. Lutei para a liberdade deste povo. (...). Volta para a cama. Enterra a cabeça na almofada disposto a esquecer dos maus pensamentos. Adormece. (CHIZIANE, 2008, p. 15)

O PODER MASCULINO, a ausência do sujeito de enunciação e a figuração em *O sétimo juramento*

A ‘ego-política do conhecimento’ da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um ‘Ego’ não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciator encontram-se, sempre, desvinculados. Ao

quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia.

Ramón Grosfoguel, “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In: *Epistemologias do sul*, p. 386 – 87.

A enunciação de *O sétimo juramento* traz à tona a dinâmica do poder masculino e a submissão da mulher, pois:

No mundo do poder masculino, a mulher é escrava do homem e o homem escravo da sociedade. A existência da mulher é insulto, insignificância. Mas antes a insignificância do que a existência penosa imposta ao homem pelos arquitectos do pensamento. (...) Em todas as famílias do mundo, marido e mulher se digladiam nas quatro paredes. Não falam a mesma língua, desentendem-se. O que eles não entenderam ainda é que tanto o homem como a mulher são vitima de um sistema milenar arquitectado por cérebros astutos, tiranos, desumanos, vivendo em esferas inalcançáveis. (CHIZIANE, 2008, p. 37)

A ideia de que homens e mulheres vivenciam experiências pensadas por um sistema milenar, localizado em uma esfera inalcançável, com o *locus* de enunciação ausente da análise, nos leva a recuperar aqui a perspectiva da crítica descolonial sobre a filosofia ocidental:

A filosofia ocidental privilegia a ‘egopolítica do conhecimento’ em desfavor da ‘geopolítica do conhecimento’ e da ‘corpo-política do conhecimento’. Em termos históricos, isto permitiu ao homem ocidental (esta referência ao sexo masculino é usada intencionalmente) representar o seu conhecimento como o único capaz de alcançar uma consciência universal, bem como dispensar o conhecimento não ocidental por ser particularístico e, portanto, incapaz de alcançar a universalidade. (GROSFUGUEL, 2009, p. 388)

A estratégia epistêmica de valorização da chamada consciência universal tornou-se crucial para colocação do ocidente em um patamar de superioridade em relação às demais visões de mundo, pois:

Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e expansão coloniais /euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores. Passamos da caracterização de ‘povos sem escrita’ do século XVI, para a dos ‘povos

sem história’ dos séculos XVIII e XIX, ‘povos sem desenvolvimento’ do século XXI. (GROSFUGUEL, 2009, p. 388)

Esse desenho de uma filosofia global é desconstruído gradativamente em *O sétimo juramento*. O enunciado explicita diversas vezes a origem do saber bantu em oposição ao saber acadêmico e universal, vide o diálogo de David com o adivinho:

- O senhor é um médico interessante.

- A palavra médico vem das academias e universidades. O nosso saber vem de um sistema particular baseado na tradição africana. O domínio do médico é a luz e a vida, enquanto o nosso é a luz e a sombra, vida e morte. Médico é médico, nyanga e nyanga. Temos posições diferentes, métodos diferentes e clientela diferente. Chama-se advogado, nível que alcancei nas academias europeias.

- Advogado?

- Sim. Formei-me na França e Estados Unidos. Exerci a profissão durante cinco anos, mas tive que abandonar todas as ambições para responder ao chamado dos espíritos. Se soubesse que o destino me reservava este fim, ter-me-ia preparado desde pequeno e não perderia tempo na perseguição de sonhos. (CHIZIANE, 2008, p. 81-2)

Assim, as narrativas contemporâneas desconstroem a perspectiva ocidentalizada de que existe um mundo dito global e coloca em evidencia saberes subalternizados. Nesse sentido, novos caminhos de leitura são encontrados acerca da construção da personagem subsidiada pelos artifícios ancestrais, negados e subjugados na era colonial.

Dessa forma, entender o papel da figuração narrativa é compreender a importância da personagem em relatos que ela “ocupa lugar de destaque” (REIS, 2015, p. 122). O mecanismo construtivo para a “pessoa de livro”, como bem define Reis, ocorre por meio de “um processo ou um conjunto de processos” (REIS, 2015, 122) dinâmicos, graduais e complexos. Diante disso, podemos depreender as etapas do procedimento da figuração, que “não se esgota num lugar específico do texto” (REIS, 2015, p. 122), “ela se vai elaborando e completando ao longo da narrativa” (REIS, 2015, p. 122), e por ter uma “natureza dinâmica, a figuração não se restringe a uma descrição, no sentido técnico e narratológico do termo, nem mesmo a uma caracterização, embora esta possa ser entendida como seu componente importante” (REIS, 2015, p.122).

A figuração representa muito mais do que um modo de ler aquilo que convencionalmente se caracterizou como circunferência externa de um corpo ou, de acordo com o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, “a estatura e configuração geral do corpo” (2001, p. 321). Nessa perspectiva, entender a dinâmica da configuração, da construção do ancestre, sua materialização no espaço narrativo que nem sempre se corporifica na imagem da personagem com características humanas, significa estudar o processo amplo, englobante e conseqüentemente as relações cognatas que podem ser estabelecidas entre figura imagética humanizada ou não, representação, configuração, ficção e ficcionalidade, já que podemos ter uma figuração norteando a narratologia sem os aspectos tradicionais da “pessoa de livro”. Sendo assim, “a personagem, enquanto categoria estruturante da narrativa, viabiliza modos específicos de conhecimento do fenômeno literário, sem que assim se incorra no tal vício do biografismo” (REIS, 2015, p.53).

Em *O sétimo juramento*, a figuração do ancestre nem sempre se manifestam de forma humana, mas todos os formatos corporificados na enunciação resgatam práticas antigas, esquecidas que voltam muitas vezes involuntariamente nas ações dos membros do núcleo familiar formado por: David, marido; Vera, esposa; Suzy, a filha; Clemente, o filho doente; a avó de Vera e a mãe de David. Vide a passagem abaixo:

Suzy debate-se com uma onda de calor que lhe causa uma aflição sem fim. Escuta zumbidos. Vozes. Música. O corpo balança, vibra, dança. Atira-se ao chão e rebola. Volta a erguer-se com uma força extraordinária e rasga as vestes porque lhe queimam o corpo. (...). David sente um nó na garganta, também sofre, mas não a socorre. Os deuses precisam desta dor, deste sacrifício, para que o destino se cumpra. David não resiste ao espetáculo. Treme de medo, de emoção, de qualquer outra coisa que não consegue explicar. Carrega a filha nos braços até à casa dos fundos. O quarto está preparado para o ritual. No fogão aceso o incenso arde, sufocando o ambiente. Coloca a filha sobre a esteira Assobia. O deus serpente abandona o baú e enrola-se na menina, numa massagem violenta. Com os dentes, vai lhe fazendo pequenos orifícios onde serão colocados os remédios que tornarão o corpo invulnerável. Ela não manifesta prazer nem dor e dorme o sono dos anjos. (...). No corpo inerte os olhos se abrem, serenos. Olha para os lados e ganha uma noção difusa da realidade. Olha para o pai. Sorri. Espirra e tosse. O ambiente está de tal modo carregado de fumo que se tornou irrespirável. David reaviva a fogueira colocando carvão e incenso. Os espíritos são filhos do fogo, gostam de calor e chamas. (CHIZIANE, 2008, p.181-2)

A obra *O sétimo juramento*, de Paulina Chiziane, apresenta ao leitor um mundo diferente daquele ocidental, isto é, de apagamento do sujeito em prol de uma “ego-política do conhecimento” - em que o sujeito enunciador está desvinculado da ação. Na obra de Chiziane, as ações das personagens ocorrem direta ou indiretamente por intermédio dos espíritos. No entanto, no centro da narrativa está o personagem David, - um empresário que não mede esforços para alcançar poder e dinheiro a qualquer custo. Dessa forma, são as ações individuais de David que vai expondo ao leitor os contrastes e o desequilíbrio familiar:

Passam dias, semanas e vida modifica-se no mundo de Vera. Basta o Sol nascer e os olhos se encham de lágrimas. As noites já não são de repouso, mas de solidão e sofrimento. Basta ouvir os passos de David para imaginar gritaria e insultos. Já lá vai o tempo de risos e sorrisos. Ficou agora o tempo de amargura e espinhos. David fechou todas as portas do prazer e agora nem sexo existe. Demitiu-se completamente das responsabilidades de pai. A voz de Suzy tornou-se severa Ela já não lê as revistas coloridas e passa horas a fio à frente do espelho a admirar os seus contornos de mulher. (...) Nessa manhã Vera desperta com fortes dores de cabeça. Levanta-se da cama para tirar um comprimido. Encontra documentos de bancos estrangeiros em nome de David e de Suzy. Concentra-se nas cifras e não acredita no que vê. De onde vem tanto dinheiro? Porquê em nome de Suzy e não de Clemente, que é homem e primogênito? Que negócios misteriosos se escondem entre pai e filha? (CHIZIANE, 2008, p. 182-3)

88

O sétimo juramento encena um tempo de destruição e corrupção, mas em meio a todos os impasses denunciados pela narrativa, detecta-se, também, os valores da tradição e a sabedoria de séculos e séculos que imprime à ficção de Chiziane características específicas acerca da imagem, da construção do ancestre que se materializa de forma diversificada ao longo do texto, no entanto, a elaboração de rituais, oferendas para cumprir preceitos mais pessoais do que coletivos, é uma constante na narrativa que vai, pouco a pouco, colocando o leitor a par da realidade do espaço aonde os personagens se movimentam:

Sob o chão negro de asfalto a terra compadece-se dos homens que a pisam. O último a rir é que ri melhor. Na hora H, ela abrirá as goelas ávidas de carne e engolirá esses insensatos de músculo e água num sorriso macabro. (...). Reina o espectro da morte sobre os homens que caminham apressados nas estradas da cidade grande, mas estes a ignoram. Sonham. Desejam. Casa mais esposas e ter mais filhos para que as gerações continuem por toda a eternidade. As mulheres pensam nos filhos, operários de amanhã. Nos jovens o sonho de futuro desperta raivas escondidas. Para conquistar o amanhã é preciso arregaçar as mangas para vencer a batalha de hoje. (CHIZIANE, 2008, p. 14)

No primeiro capítulo do romance, somos apresentados a um mundo que abriu mão de princípios civilizatórios de origem bantu em nome de valores ocidentais que não visa partilhar os bens comuns. Essa experiência desumanizada decorre do contato com culturas europeias impostas pela colonização, vide a legislação do indigenato:

A aceitação da cultura colonial implicaria a negação da sua; a recusa daquela significaria a exclusão do mundo dos ‘civilizados’, pois o estatuto do indigenato era claro na sua filosofia de alienar os nativos, e encontrava nas disposições legais criadas para o efeito o caminho de sua efetivação; conforme o Artigo 2º do Decreto n.º 16.199, de dezembro de 1928. (SEMEDO, 2010, p. 15)

A independência de Moçambique ocorre nos moldes ocidentais, apesar do apoio de vários países descontentes com a colonização europeia, essa ruptura não significou liberdade de fato, já que os valores impostos não eram condizentes com as práticas locais. Os princípios oriundos de uma filosofia que privilegia a “egopolítica do conhecimento” não são compatíveis com uma cultura que valoriza geopolítica do conhecimento bantu. Nesse sentido, vivenciar a possibilidade de interagir com um sistema mundo colonial/moderno não significa viver sob o respaldo de um país em conformidade com os seus preceitos locais, mas regido pela égide de “uma modernidade que se distingue das culturas tradicionais, onde o passado tem um valor singular e perpetua experiências que são transmitidas de gerações a gerações; uma tradição não estática porque é reinventada e recriada pelos mais novos” (Semedo, 2010, p. 17) que em condições normais se desenvolve gradualmente.

O sétimo juramento nos coloca em contato com o impasse oriundo das contradições sociais geradas pelos conflitos, pelas explosões de violência em nome da democracia: “A ilusão de um amanhã melhor há muito murchou, por isso o msaho morreu em Zavalá. Por todo o lado impera a força das armas e a pirataria das armas. Evaporou-se a água que refresca os destinos da humanidade, tudo é fogo”. (Chiziane, 2008, p. 11)

Nesse cenário dispare, os homens não se reconhecem e o momento da passagem para o mundo dos mortos ou dos antepassados, já não vem acompanhado de rituais de tradicionais tão caros aos moçambicanos que respeitam as tradições, mas como um anúncio feito pelo locutor de rádio:

O locutor da rádio anuncia a morte de homens em combates, assaltos e massacres. Fala de gente morta de fome, de sede, de desespero em todos os cantos do país. O locutor da rádio é um mensageiro da morte e executa a tarefa com competência e

ingenuidade. O conteúdo do seu noticiário pretende apenas dizer: sou a morte! Sou o rei das trevas! Onde quer que esteja, desperta, escuta-me, prepara-te, que eu te virei buscar mesmo a ti que ainda dormes roncadas. (CHIZIANE, 2008, p. 12-3)

A imagem recuperada anteriormente, direta ou indiretamente, mostra a luta e o trabalho que os ancestrais têm para reordenar as coisas, as pessoas e o espaço social que abriga figuras envoltas num mundo de mistério e distanciadas dos compromissos aglutinadores da geopolítica necessária ao equilíbrio social. A personagem Vera sabe que seu filho tem poderes especiais e sua filha executa rituais locais, mas prefere achar que é um teste de maturidade pelo qual ela, Vera, precisa passar:

O sexto sentido fala mais alto, Vera sente que o seu filho não mente, que alguma coisa ele sente. Segura-se à cozinheira para amparar o corpo que treme estarrecido de medo. Um filho paranormal e uma filha feiticeira é muito sofrimento para um só ventre. Não, não é e nem pode ser verdade. Tudo isto é uma provação, só pode ser. É o meu teste de maturidade. No dia que conseguir ultrapassar estas dificuldades, proclamar-me-ei mulher sobre todas as mulheres. Os filhos ensinam uma mãe a ser mais mulher. A ser ousada. A saltar e a ultrapassar riscos. A chorar e a sorrir. A sofrer e a perdoar. A saber enfrentar a dor com orgulho. Os filhos são riqueza, infortúnio, benção e maldição. Quem tem filhos tem cadilhos. Kuyambala mavala, kuveleka wukossi. (CHIZIANE, 2008, p. 155)

A personagem Vera vive um conflito resultante das experiências sociais oriundas da colonização europeia que inseriu novos preceitos filosóficos e colocou em suspensão práticas naturais do povo bantu. Em *O sétimo juramento*, a ancestralidade é a mola mestra da narrativa, contribui para a construção das personagens, para figuração da narrativa, vide o trecho em que David lembra o valor do adivinho mágico: “Este adivinho é mágico. Tem poder para retirar a alma do mais profundo dos poços. Este curandeiro sabe muito sobre o comportamento humano. É psicólogo, psiquiatra”. (Chiziane, 2008, p. 81) Sendo assim, as perseguições aos curandeiros, aos feiticeiros foram praticadas por políticos em momentos de conflitos, mas passada a euforia da suposta “liberdade”, os mesmos políticos, os padres e o povo em geral recorrem aos conhecimentos milenares em benefício próprio:

- Era a loucura da época – diz o adivinho rindo -, houve curandeiros que queimaram as próprias ndombas. Mas a razão vence e estamos aqui. A perseguição não começa hoje. Fomos desprezados, humilhados, combatidos, mas resistimos. Demos suporte aos regimes políticos que nos perseguiram. Demos força e coragem aos guerreiros antigos e modernos. Elevamos a moral de combatentes durante as guerras contra os regimes coloniais. Hoje, damos suporte espiritual aos políticos que ontem nos

perseguiram, aos padres, ministros, banqueiros e até acadêmicos de alto nível. Reabilitamos psicologicamente os criminosos de guerra. Consolamos o povo no momento das grandes crises. Tivemos sempre um papel social de grande utilidade. Enquanto o mundo existir, existiremos, porque o curandeirismo é obra de Deus e não invenção humana. (Chiziane, 2008, p. 81)

A elaboração dos indícios ancestrais vai aparecendo à medida que a figuração narrativa solicita ao personagem sua força de atuação. O mecanismo construtivo da “pessoa de livro”² ocorre por intermédio de um elemento ou de vários elementos dinâmicos, graduais e complexos. A valorização dos “componentes sociais, culturais, ideológicos, políticos que enquadra a literatura e os fenômenos artísticos” (Reis, 2015, p. 59), ajudam a entender o papel da figuração narrativa e, conseqüentemente, compreender a importância da personagem em relatos que ela ocupa lugar de destaque. No entanto, apreender as propriedades constitutivas que compõem a personagem fortalece o mecanismo narratológico, pois esta precisa do relato para adquirir vida:

(...) as propriedades constitutivas da personagem implica a narratividade como cenário de enquadramento funcional e discursivo. Nesse sentido, podemos dizer: assim como a personagem é virtualmente narrativa (isto é: carece do relato para existir), inevitavelmente a história literária que acolhe e que a trabalha como instrumento heurístico cultiva uma correlata dinâmica narrativa. (Reis, 2015, p. 66)

Diante disso, pode-se afirmar, seguindo a linha de raciocínio estabelecida por Reis, que os procedimentos da figuração são diversos. Em *O sétimo juramento*, o ancestral aparece às vezes como uma figura humana, como animal e vai passando por mudanças, já que sua elaboração não está presa a uma determinada forma, ou seja, a uma existência fixa e não se restringe a esta ou aquela característica pré-determinada.

De acordo com Cândido & outros, na obra *A personagem de ficção* (1976), as chamadas personagens de natureza não apresentam tradicionalmente traços superficiais, em função de seu modo íntimo e particular de ser, impedindo que tenha características marcadas, fixadas previamente. Neste sentido, pode se dizer que a imagem do ancestral não é a mesma nas narrativas contemporâneas africanas de língua portuguesa, ela se apresenta de formas variadas em decorrência do ambiente ficcional.

² REIS, Carlos. *Pessoa de livro: estudos sobre a personagem*, 2015.

A figuração representa muito mais do que um modo de ler aquilo que convencionalmente se caracterizou como circunferência externa de um corpo, ou seja, a figuração é “a estatura e a configuração geral de um corpo” (Ferreira, 2001, p. 321). Nessa dinâmica discursiva, a situação do personagem Clemente reforça o elo dos membros da família com seus antepassados de forma não muito ortodoxa, pois há algo inexplicável no comportamento do filho de Vera, como se pode perceber no diálogo entre Vera e a avó:

- Uma mãe é perdoada de todas as loucuras.
- Acreditas que possa ser obra de feitiço?
- Não creio que seja. Tento interpretar a linguagem que o Clemente fala no momento de crise. Os movimentos de transe. O comportamento do cotidiano, sempre selecionando palavras, alimentos, companhias. Tento perceber o conflito que o afasta do pai e da irmã. Tudo isto são manifestações de uma natureza oculta, minha Vera.
- Diz-me, avó, pode meu filho estar possesso, pode?
- Os espíritos fazem a vítima sofrer. Abrem caminhos, fecham caminhos, transtornam. Dão cabo da cabeça, enlouquecem. Os espíritos são maus, Vera.
- Avó, não me respondeste ainda. Acreditas ou não?
- Estou apenas a rever memórias do tempo antigo. A reprodução de tudo o que vivi e vi. As almas não morrem, Vera, encarnam-se. E este filho nunca foi teu, nunca te pertenceu. Começa por decifrar o mistério do seu nome.
- Nome?
- Sim. No nome está a raiz do problema. Os antepassados sempre disseram A VITO I MPONDO! (Chiziane, 2008, p. 58-9)

A personagem Clemente é um corpo que abriga um espírito atordoado que ainda não está pronto para se tornar ancestral. A construção do ancestral decorre de práticas culturais recorrentes nas sociedades negro-africanas. Fábio Leite destaca em *A questão ancestral: África negra* (2008) dois tipos de ancestrais: um de origem histórica e outro de fundamentação-mítica que estão na base das sociedades negro-africanas. O processo de elaboração do funeral ocorre imediatamente após o óbito, momento em que está em curso a ruptura entre a matéria e o espírito que deve reencarnar ou se tornar ancestre.

No entanto, quando o sujeito social está em desequilíbrio como a personagem Clemente, a família precisa buscar apoio para entender a conjuntura do momento. Geralmente, situação como aquela registrada na família de David é

resultado da desconformidade com práticas tradicionais não efetuadas pelos familiares, logo os pais recorrerem aos curandeiros para entender comportamentos estranhos do membro familiar, pois acreditam que atitudes conflituosas e comportamentais estão ligadas aos antepassados. Sendo assim, a avó de Vera diz que o Clemente, seu neto, não pertence à Vera e chama atenção para o nome do menino, pois, segundo ela, “no nome está a raiz do problema”. (Chiziane, 2008, p. 59)

A MEMÓRIA EM TEMPOS DE RESGATES e transformações

De acordo com Sarlo, entre o passado recuperado pelo discurso da memória e aquele propagado pela história oficial existe um conflito, pois o segundo desconfia da memória e a memória não acredita em uma história que não leva em conta a lembrança. No passado da esfera pública ou privada sempre existe algo que não se pode abordar no discurso diário. Sabe-se, contudo, “que ele continua ali, longe e perto, espreitando o presente como a lembrança que irrompe no momento em que menos se espera ou como a nuvem insidiosa que ronda o fato do qual não se quer ou não se pode lembrar”. (Sarlo, 2007, p. 9)

93

A experiência passada não pode ser descartada automaticamente, nem convocada pelo ato da vontade, logo trazê-la à tona, no entanto, não significa libertar a memória, mas capturá-la no presente. A única forma de silenciar o passado totalmente é eliminando o sujeito que o carrega. O projeto colonial tentou aniquilar o passado dos povos subjulgados pela força das armas. As várias visões do passado são construções, mas movem o sujeito, pois em momentos de reconstrução, de resgate das práticas locais, as pessoas escutam a voz dos antepassados:

Gente desesperada clama pelos antepassados em cada canto. Por todo o lado se ajoelham diante da alma dos santos, dos defuntos, das virgens, para ter sorte na vida, no emprego, no amor. Invocam-se os mortos ao menor sinal de infortúnio. Invoca-se o passado para que o futuro se realize. Os bantus invocam os defuntos da família e invocam Deus antepassado-mor, criador de todos os antepassados. (Chiziane, 2008, p. 46-7)

Diante do exposto anteriormente, ouvir o passado não significa trazê-lo para o presente, mas reorganizá-lo, atualizá-lo, dado a ele um novo formato condizente com a narrativa elaborada por narradores que trazem à tona relatos,

situações discursivas capazes de influenciar e contribuir para uma concepção de uma sociedade renovada que encontra na memória o conteúdo necessário para a construção da narrativa da nação. Nessa dinâmica discursiva, destaca-se uma fonte histórica valorizada por Chiziane, a história oral, legitimadora dos relatos testemunhais que corroboram para a materialização das experiências ancestrais nas variadas práticas culturais. De acordo com Sarlo:

O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade. É esse aspecto que salientam as apologias do testemunho como ‘cura’ de identidades em perigo. De fato, a atribuição de um sentido único à história e a acumulação de detalhes produzem um modo realista-romântico em que o sujeito que narra atribui sentidos a todo detalhe pelo próprio fato de que ele o incluiu em seu relato; e, em contrapartida, não se crê obrigado a atribuir sentidos nem a explicar as ausências, como acontece no caso da história. O primado do detalhe é um modo realista-romântico de fortalecimento da credibilidade do narrador e da veracidade de sua narração. (Sarlo, 2007, p. 51)

Em oposição ao discurso da memória está a disciplina História, localizada em um plano distante da perspectiva utópica. Com elementos fundamentados em dados e relatos de caráter realísticos, a História procura estabelecer as regras para dar veracidade aos fatos. As lacunas evidenciadas no discurso memorialístico, pois este não desponta no presente de forma paradigmática, encontra na linearidade histórica o seu complemento. Assim, a memória e a história são complementares nos contextos sociais explicitados na narrativa de Chiziane.

94

CONCLUSÃO

Em *O sétimo juramento*, os valores locais constituem o foco da narrativa que traz à tona uma prática recusada pelo sistema colonial, mas subentendida no comportamento sociocultural vigente durante o processo revolucionário moçambicano. No dizer de Ana Mafalda Leite, o silenciamento das tradições religiosas e a ocidentalização dos costumes levaram, por um lado, ao recrudescimento clandestino de práticas tradicionais e, por outro, à incapacidade de defesa e compreensão comportamental de homens e mulheres que sempre recorreram aos curandeiros sem nenhuma restrição, mas depois das mudanças sociopolíticas, metaforicamente, os homens viraram cabritos:

David vive um momento de ódio e de loucura. Diz o adágio popular que o cabrito come onde está amarrado e o volume do alimento é directamente proporcional ao comprimento da corda. E come mais o cabrito que desperta cedo e chega primeiro. Com o andar dos tempos o ditado transforma-se em filosofia: o cabritismo. Os homens da nova geração transformados em cabritos roem tudo, até as pedras dos montes, deixando a terra na absoluta miséria. Neste país, um tem que ser cabrão para sobreviver. David não é o primeiro cabrão. Nem o único. Nem o último. Segue apenas o caminho aberto por muitos outros a quem a justiça se esqueceu de exigir a prestação de contas. A terra é uma morada de loucos. (Chiziane, 2008, p. 118)

Além da fragmentação conceitual acerca dos rituais do passado que retornam clandestinamente em um tempo de proibição, a narrativa de *O sétimo juramento* também expõe a busca pela recolocação dos ritos que caracterizam um caminho para a descolonialidade do discurso, problematiza a memória ancestral, o culto bantu, a figuração do ancestral e o papel da mulher em uma sociedade que a torna vítima da ambição masculina. Neste cenário de poder masculino, a figura feminina encontra-se duas vezes violentada pelos códigos sociais estabelecidos pelo patriarcado ocidental imposto durante a colonização e pelas atitudes do marido que recorre aos quimbandistas para garantir poder e riqueza.

David rememora práticas antigas e se sente fortalecido para fazer o pacto com o mundo dos ancestrais:

David rememora as provas das tradições antigas. Caminhar sobre o fogo com os pés descalços. Vencer um leão, numa batalha renhida. Decapitar a cabeça do inimigo e levar ao rei como troféu de Salomé. Matar a cobra mamba com as mãos. Entrar no covil dos javalis. Desafiar o céu, a terra, as nuvens, a trovoada. Dançar ngalanga sobre o cadáver do inimigo. Matar o rei e dormir com a rainha aos olhos do mundo. (Chiziane, 2008, p. 151)

Em contrapartida Vera, a mulher de David, tenta entender o comportamento do filho Clemente que parece materializar ações e práticas dos espíritos só percebidos em rituais de quimbanda: “As mãos abraçam o filho atormentado. Da sua boca não sai nem uma palavra. Apenas soluços. Lágrimas. Os dedos enxugam o suor que escorre pelo corpo. Olha para o rosto do filho. Os olhos não são os mesmos de todos os dias. Hoje parecem mais profundos e assustadores. Parecem olhos de médium. Videntes”. (Chiziane, 2008, p. 197-8)

A crítica aos costumes patriarcais destoantes em *O sétimo juramento* está inscrita numa linha narrativa feminina de crítica à poligamia, que se tornou recorrente no cenário literário de escritoras africanas que buscam denunciar por meio de um discurso paródico a condição da mulher. Sendo assim, “esta inscrição

literária do corpo feminino, que, na sociedade moderna/tradicional, é lugar de múltiplas manipulações sociais, enquanto objecto de troca ou de ganho, marcado ou amputado, torna-se um lugar temático importante na actual escrita das mulheres africanas”. (Leite, 2003, p.77) A prosa feminina nas comunidades africanas de língua portuguesa coloca o leitor diante de cenas e sinais de mulheres em espera e ação, em silêncio e canto, em cansaço e renovação, metaforizadas, por vozes marcadamente orais que aproximam os sentidos na reescrita literária, reinventando imageticamente o papel da mulher nessas comunidades.

A herança ancestral passa por transformações em *O sétimo juramento*, já que David na qualidade de provedor da família não dá a devida importância às questões relacionadas a seu filho, que abriga um espírito em desconformidade com seu tempo, pois após as diversas mudanças socioculturais por que passou Moçambique, o personagem Clemente constitui-se em um exemplo, um molde de como o sujeito se movimenta em um cenário cuja geopolítica – valorização do bem estar da coletividade - não condiz com as atitudes de seu pai David que usa os conhecimentos ancestrais em prol de seus interesses pessoais, valorizando a “egopolítica” – engrandecimento de si próprio. Esta forma de estar no mundo tão comum no ocidente deve ser combatida quando visamos estabelecer uma crítica epistêmica descolonial.

96

O personagem Clemente vive os conflitos gerados pela imposição de valores espirituais ocidentais diferentes daqueles herdados pela comunidade bantu. Em conformidade com seus princípios de formação ancestral, o povo bantu cumpre os rituais necessários à confirmação do espírito ancestral no instante do óbito, momento em que os familiares saberão qual o destino de seu ente querido. Imerso em um cenário conflituoso, o personagem Clemente e tenta se comunicar com seus familiares, provavelmente tem alguma mensagem, mas não é compreendido. Diante disso, sua mãe precisa buscar ajuda junto ao quimbanda para entender o que ocorre com seu filho. A conjuntura encenada em *O sétimo juramento* constitui-se em um quadro bastante expressivo de como Chiziane direta ou indiretamente expõe um projeto epistêmico descolonial em literatura.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Antonio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Decio de Almeida & GOMES, Paulo Emilio Salles. *A personagem de ficção*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CHIZIANE, Paulina. *O sétimo juramento*. 3 ed. Lisboa: editorial Caminho, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 6 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

GROSGUÉL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In: *Epistemologias do sul*. SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Org.). COIMBRA; Almedina, 2009.

LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Colibri, 2003.

LEITE, Rubens da Rocha Fábio. *A questão ancestral: África negra*. São Paulo; Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.

MIGNOLO Walter D.. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

REIS, Carlos. *Pessoas de livro: estudos sobre a personagem*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015.

SARLO, Beatriz. *Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEMEDO, Odete Costa. *Guiné-Bissau: história, culturas, sociedade e literatura*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

Artigo Recebido em: 23 de setembro de 2016;

Artigo Aceito em: 06 de março de 2017.

